trito do Congo, na área do comando militar de Leste, instituído por portaria provincial n.º 180, de 19 de Julho de 1918, capitánias-mores do Cuango, Damba e Pombo e circunscricção civil do Combo, de 1 de Junho a 30 de Setembro de 1918, representaram um facto importante para a tranquillidade da colónia;

Considerando que isentas não foram de perigos as mesmas operações, pois pontos houve em que era grande a rebeldia dos indígenas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar:

1.º Que seja considerado como de campanha, para todos os efeitos, o serviço prestado pelo pessoal das diferentes forças que operaram nas capitánias-mores do Cuango, Damba e Pombo e circunscricção civil do Zombo, que constituía a área do comando militar de Leste, de 1 de Junho a 30 de Setembro de 1918;

2.º Que, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 2:870, de 30 de Novembro de 1916, e regulamento para a concessão das medalhas comemorativas das campanhas do exército português, aprovado por decreto n.º 2:940, de 18 de Janeiro de 1917, seja concedida ao mesmo pessoal uma medalha comemorativa com a seguinte legenda na respectiva passadeira: «Congo 1918».

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

O Ministro das Colónias assim o tenham entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Artur Ivens Ferraz.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

2.ª Repartição

Portaria n.º 5:208

Considerando que em alguns estabelecimentos de assistência, com internato para crianças em idade escolar, têm sido criadas escolas primárias elementares ou convertidas em oficiais as escolas que nesses estabelecimentos haviam sido instituídas;

Considerando a conveniência de nessas escolas se ministrar o ensino apenas às crianças internadas nos referidos institutos, salvo o caso de o seu número ser muito inferior ao que, segundo a legislação vigente, compete aos respectivos professores;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 24.º do decreto n.º 11:638, de 4 de Maio de 1926, e no artigo 3.º do decreto-lei n.º 13:791, de 16 de Junho de 1927:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

1.º As escolas oficiais de ensino primário elementar que funcionam em estabelecimentos de assistência com internato são destinadas exclusivamente às crianças recolhidas nesses institutos;

2.º Quando porém o número de crianças internadas que frequentam a escola seja muito inferior ao que, segundo o disposto no § único do artigo 24.º do decreto n.º 11:638, de 4 de Maio de 1926, compete aos respectivos professores, serão admitidos alunos externos, do

mesmo sexo dos internados, até perfazer o número legal de matriculados.

Paços do Governo da República, 10 de Fevereiro de 1928.—O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Caixa Geral de Crédito Agrícola

Decreto n.º 15:027

Considerando que o decreto n.º 6:893, de 6 de Setembro de 1920, teve por fim promover o fomento da cultura mecânica como meio de obter temperar à crescente carestia da mão de obra agrícola e escassez de gados de trabalho;

Considerando que há casos em que os subvencionados pelo aludido decreto n.º 6:893 não têm podido cumprir, quanto ao pagamento das prestações que constituem a metade da subvenção concedida, as prescrições deste decreto e as do seu regulamento de 12 de Fevereiro de 1921.

Considerando que é de toda a justiça que o Estado não inutilize os benefícios que quis ter em vista quando publicou aquele referido decreto;

Considerando, por fim, que o presente decreto em nada prejudica os interesses do Estado;

Usando da faculdade que me confere o § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e tendo ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os subvencionados pelo decreto n.º 6:893, de 6 de Setembro de 1920, que estejam em dívida à Caixa Geral de Crédito Agrícola dalguma das anuidades da subvenção recebida poderão realizar o pagamento das anuidades em dívida no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação deste decreto.

§ 1.º Ficam suspensos pelo mesmo período de tempo quaisquer processos de execução pelas anuidades referidas neste artigo.

§ 2.º O disposto neste artigo aplicar-se há a todos os casos pendentes de cobrança coerciva que não tenham sido resolvidos definitivamente, correndo por conta do subvencionado, ou do seu fiador, o pagamento dos emolumentos, selos, custas e outros encargos legalmente devidos às entidades a quem compita a efectivação de tais cobranças.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 8 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.*